

A produção acadêmica sobre os institutos isolados de ensino superior do estado de São Paulo (1951-1964)*

Rosane Michelli de Castro **

Resumo:

Este artigo tem como objetivo oferecer uma visão de conjunto dos estudos e das pesquisas sobre nove institutos isolados de ensino superior criados, ou então incorporados ao Sistema Estadual de Ensino Público Paulista, entre 1951 e 1964. Mesmo procurando dar o mesmo tratamento a todos esses estudos e pesquisas, algumas sínteses apresentam-se mais desenvolvidas que outras. Entretanto, todas elas corroboram a afirmação de que as trajetórias dos referidos institutos isolados de ensino superior do estado de São Paulo foram delineadas, ao mesmo tempo, pelas projeções políticas, sociais, econômicas e culturais e pelos ideais intelectuais, a partir do que os docentes desses institutos teriam procurado desenvolver as suas atividades.

visão de conjunto; institutos isolados de ensino superior do estado de São Paulo; questões e contradições contextuais.

* Este artigo teve origem por ocasião da qualificação da tese de doutoramento da presente autora, realizado em 14 de abril de 2003.

** Mestre em educação (2000) e doutora em educação (2005), pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências Universidade Estadual Paulista (UNESP-Campus de Marília). Atualmente, é professora assistente do Departamento de Didática da Faculdade de Filosofia e Ciências UNESP.

The academic production about the isolated institutes of higher education of the state of São Paulo – Brazil (1951-1964)

Rosane Michelli de Castro **

Abstract:

This article has as objective to offer a group view on studies and researches on nine Isolated Institutes of Higher Education that were created or later incorporated into the Public Teaching State System of São Paulo (Brazil) from 1951 to 1964. Although they had tried to give all those studies and researches, the same treatment, some of the syntheses revealed than the other ones. However, all of them corroborated the statement and the fact that the pathways to the above-mentioned Isolated Institutes of Higher Education of the State of São Paulo were simultaneously delineated by socioeconomic, political and cultural projections as well as by some intellectuals' ideals, from which on the professors of those institutes would have tried to develop their teaching activities.

A group view; isolated institutes of higher education of the state of São Paulo (Brazil); questions and contradictions on the context.

** Mestre em educação (2000) e doutora em educação (2005), pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências Universidade Estadual Paulista (UNESP-Campus de Marília). Atualmente, é professora assistente do Departamento de Didática da Faculdade de Filosofia e Ciências UNESP.

Introdução

Do conjunto dos institutos isolados de ensino superior constituído por 16 faculdades nas diversas áreas do conhecimento – Faculdade de Farmácia e Odontologia de Araraquara, Faculdade de Farmácia e Odontologia de São José dos Campos e de Araçatuba, Faculdade de Odontologia de Piracicaba, Faculdade de Ciências Médicas e Biológicas de Botucatu, Faculdade de Engenharia de Guaratinguetá, Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária de Jaboticabal, Faculdade de Música Maestro Julião – São Paulo, e as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara, Assis, Franca, Marília, Presidente Prudente, Rio Claro, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto, foram contempladas em estudos e pesquisas acadêmicas que puderam ser localizados, os seguintes: a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, por Antonio F. Furtado (1969); a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto, por Zuleika Aum Attab (1973); a Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias de Jaboticabal, por Luiz Carlos Beduschi (1986); a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, por Antonio Buschinelli (1988); a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente, por Dióres Santos Abreu (1989); novamente a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto, por Newton Ramos de Oliveira (1989); a Faculdade de Ciências Médicas e Biológicas de Botucatu, por Isaura Maria Accioli N. Bretan (1995); as seis Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) – Araraquara, Assis, Marília, Presidente Prudente, Rio Claro e São José do Rio Preto, por José Vaidergorn (1995); a Faculdade de Farmácia e Odontologia de Araraquara, por Anna Maria Martínez Corrêa (1998); novamente a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFC) de Marília, por Leonor Maria Tanuri (2001) e por Rosane Michelli de Castro (2005).

Ainda, referente às especificidades do processo geral de criação, instalação e funcionamento dos institutos isolados de ensino superior do estado de São Paulo, foram localizados os resultados dos estudos de Beatriz Westin de Cerqueira Leite (1997) e de Márcia Regina Tosta Dias (2004).

Os resultados de todos esses estudos e pesquisas se encontram materializados mediante textos monográficos, de dissertações e teses, al-

guns dos quais se encontram publicados no formato de livros, folhetos ou artigos. A todos eles aqui reunidos procurei dar o mesmo tratamento. Entretanto, considerando o grau do detalhamento dos aspectos tratados em cada um deles, algumas sínteses apresentam-se mais desenvolvidas que outras.

Sintetizando alguns estudos e pesquisas desenvolvidas sobre os institutos isolados de ensino superior do estado de São Paulo

Iniciando pelo artigo de Antonio Furtado (1969), é possível afirmar que esse memorialista mariliense escreveu em resposta às críticas contrárias à interiorização do ensino superior no estado de São Paulo, empreendidas por aqueles que, segundo ele, advogavam pela manutenção da Universidade de São Paulo (USP) e de sua Faculdade de Filosofia Ciências e Letras como centro para a renovação das elites dirigentes paulistas¹.

Para Furtado (1969), a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, assim como as demais faculdades da cidade e de localidades do interior paulista criadas até a década de 1960, faziam parte da “verdadeira revolução pedagógica” que, segundo ele, implantava-se de forma “irreversível”.

As preocupações desse pesquisador apresentaram-se no seu artigo com o intuito de situar essa faculdade no âmbito das “conquistas” da cidade de Marília e do ensino superior com a sua interiorização no estado de São Paulo diante das críticas contrárias sobre esse processo, empreendidas, sobretudo, por parte da intelectualidade da USP.

Em 1973, Zuleika Aum Attab, ex-aluna da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto, entre 1959-1964, defendeu tese de doutoramento, resultado de um trabalho de pesquisa que foi con-

1. Sobre a função política projetada para Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, ver análise realizada por: Cardoso (1982, p. 98) e Vaidergorn (1995, p. 63 e ss).

siderado pioneiro, com o objetivo de realizar “[...] uma análise interpretativa da experiência da reforma universitária [...]” (Attab, 1973, p. 1) realizada principalmente nos cursos de pedagogia e letras, entre 1959 a 1964, naquela faculdade, em que havia ainda o curso de história natural. Attab afirmou que o texto resultante do seu trabalho de pesquisa não se constituiu em “[...] um relato sistemático e cronologicamente ordenado dos eventos [...]” (idem, p. 3) ocorridos no período delimitado, pois considerou que, se assim o tivesse feito, talvez não pudesse ter compreendido o sentido subjacente a esses eventos. Dentre outras justificativas para a realização dessa sua pesquisa, considerou o fato de ter-se criado, à época, em torno da chamada “experiência da reforma universitária” da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto, várias interpretações que considerou “[...] precipitadas, atitudes radicais de aceitação e rejeição [...]” (idem, p. 1) e que acabaram, na sua opinião, transformando essa faculdade num “mito”. Assim, observa-se nesse trabalho uma retomada de um foco de discussão em torno das críticas e interpretações a respeito do processo de interiorização do ensino superior no estado de São Paulo, mediante a criação dos institutos isolados, o que fez a pesquisadora considerar necessário contextualizar tal “experiência”, observando seus antecedentes socioeconômico e culturais.

Primeiramente, Attab (1973) caracterizou a “experiência da reforma universitária”, ocorrida na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto como um conjunto de medidas ali empreendidas, desde a criação dessa faculdade. Tais medidas pretendiam-se inovadoras e teriam partido da iniciativa dos docentes dos departamentos de pedagogia e letras, o que a pesquisadora afirmou ter sido possível, sobretudo, porque a lei de criação da faculdade havia sido omissa no que tangia os aspectos técnico-pedagógicos, sem qualquer congruência com o processo educativo que pretendeu reger, e, também, porque tais medidas estavam impregnadas de elementos condicionados por, e condicionantes de, um contexto marcado por oposições internas – de uma minoria de professores do curso de letras e da maioria dos professores do curso de história natural –, e externas – tanto na esfera municipal quanto por parte dos círculos universitários da capital do estado. Segun-

do Attab (1973), as oposições que ali se constituíram, influíram de maneira decisiva em todas as etapas pelas quais passou a faculdade; desde a formulação do seu “ideário pedagógico”, passando pelo seu funcionamento como “agência de escolarização”, até a concretização de práticas então decorrentes, às quais se constituíram em malogros de tudo que se pretendeu “inovador”.

Para Attab (1973), as camadas abastadas de São José do Rio Preto aspiravam pela criação de uma faculdade de filosofia para que suas filhas obtivessem um diploma, diferentemente dos políticos da cidade, sobretudo os de origem popular, que tomaram a proposta de criação de tal faculdade como objeto para angariarem votos. Tais políticos passaram a defender a criação de uma escola pública, gratuita, para atender toda a população, situação que não agradava à camada enriquecida. Assim, apesar de a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto ter sido concebida a partir das aspirações de uma camada social, a de pessoas abastadas da cidade, Attab (1973) afirmou que essa faculdade passou a sofrer a oposição dessa mesma camada, devido ao modo como se concretizou, como “escola pública”.

Um outro fato que, segundo essa pesquisadora, teria corroborado para que essa oposição se firmasse foi a nomeação do primeiro diretor dessa faculdade, vindo da capital paulista por imposição do governo do estado e em concordância com os planos do prefeito, de estadualização dessa faculdade. Assim, a camada enriquecida que aspirava por uma faculdade de filosofia na própria cidade de São José do Rio Preto, a fim de evitar “[...] que suas filhas convivessem com os marxistas e positivistas da Universidade de São Paulo” (idem, pp. 15-16), tiveram que se submeter à imposição do governo e aceitar um diretor que consideravam compartilhar desses mesmos ideais. Resultou, segundo Attab (1973), que as camadas enriquecidas não matricularam suas filhas na faculdade e instalou-se um clima de tensão.

Ainda no âmbito municipal, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto teria sofrido, na opinião de Attab (1973), um outro tipo de rejeição, agora dos seus professores, que foram acusados de agirem de maneira agressiva com a população local, mediante suas idéias tidas como “profanas”, “[...] no sentido durkeiminiano da

palavra” (idem, p. 22), às vezes, por aconselhamento do próprio diretor. Ocorreu, segundo a pesquisadora, um “choque de duas culturas: a urbana secularizada e a rural patriarcal”. Posteriormente, o modo “independente” de agir do diretor, teria ainda indisposto a faculdade com a sua mantenedora.

A oposição sofrida pela faculdade por parte dos círculos universitários teria sido bastante radical. “A Universidade de São Paulo, principalmente a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, opôs-se tenazmente à criação de cursos superiores no interior” (idem, p. 17). Na opinião da pesquisadora, parcela dos intelectuais da USP acreditava que a criação dos institutos isolados de ensino superior dava-se de “[...] forma caótica e indiscriminada, carente de estudos prévios a respeito da viabilidade dessas novas instituições” (idem, *ibidem*), sem qualquer planejamento, o que as condenaria ao fracasso. Ainda afirmou que esses intelectuais acreditavam que, se a USP não recebia as dotações orçamentárias necessárias ao seu funcionamento, o mesmo ou o pior aconteceria a esses institutos.

Essa maneira hostil de os círculos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP tratarem o que consideraram ter-se constituído em “problemática” dos institutos isolados de ensino superior do interior do estado, “traumatizou”, nas palavras de Attab, “[...] a maioria dos professores do curso de Pedagogia e boa parte dos professores do curso de Letras, que aceitando o desafio [para lá] se deslocaram visando, antes de mais nada, refutar a prática pedagógica, o voto de desconfiança que havia recebido” (idem, p. 28). Segundo Attab (1973), com exceção dos professores do curso de história natural, que ela afirmou não terem tido esse problema, tratava-se de professores descontentes com o ensino ministrado na maioria das seções da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, os quais entendiam que “a Faculdade da Rua Maria Antonia havia atingido um ponto de estagnação, caminhando rapidamente para o esclerosamento, em virtude do abuso da liberdade de cátedra e da ausência da organização departamental” (idem, p. 29).

Disso, teriam surgido as oposições internas na faculdade, decorrentes, conforme Attab (1973), ao menos na sua gênese, da omissão por parte do primeiro diretor da faculdade nos debates ligados à adoção ou

não, inicialmente, do modelo pedagógico “uspiano”, e, posteriormente, à adoção de um esquema departamental, e à participação dos alunos nas questões tanto de caráter técnico-pedagógico quanto político-burocráticas. Daí o surgimento dos dois grupos com idéias radicalmente discordantes um do outro.

Também, uma outra divergência apontada por Attab (1973), e que, na sua opinião, possuía cunho inovador, foi a fixação da corrente psicológica adequada a um curso de formação de professores, ou seja, da chamada psicologia educacional. Decidiram, os professores do departamento de pedagogia, pela teoria psicológica. Buscaram, conforme Attab (1973), “piagetizar” a didática, o que não teve êxito.

Portanto, Attab (1973) acreditou que todas as medidas introduzidas pela “experiência de reforma universitária” na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto, algumas das quais aqui apontadas, representaram, na época, manifestações de “progresso”, porém, malograram.

Em 1986, Luiz Carlos Beduschi publicou um “relato” em homenagem aos 20 anos da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias de Jaboticabal, procurando evidenciar os aspectos positivos da trajetória de criação e instalação desse instituto isolado.

Nesse “relato”, publicado sobre o funcionamento da faculdade, parece-me que Beduschi não o fez em resposta a qualquer crítica, contrária ou favorável à criação dessa faculdade. Entretanto houve uma preocupação em evidência: a relevância desse feito para a cidade de Jaboticabal e região, pois, conforme ele mesmo, se tratou de um trabalho para o “reconhecimento” de todos que participaram de sua criação e instalação.

Publicado em formato de “folheto”, Beduschi (1986) caracterizou esse seu trabalho como sendo o primeiro capítulo da história da referida faculdade que ele viria escrever posteriormente. No entanto, um trabalho contendo a história da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias de Jaboticabal, durante o período que funcionou como instituto isolado de ensino superior, parece-me ter ficado no plano das intenções do autor, uma vez que, além desse “folheto”, não foi encontrado qualquer trabalho de outra natureza.

Beduschi (1986), utilizando-se de informações contidas em documentos legais, e da sua própria memória de “professor mais antigo” da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias de Jaboticabal, afirmou ter realizado esse “relato”, “[...] por ser saudosista, e amar como poucos [...]” (Beduschi, 1986, p. 26), essa faculdade e também com o objetivo de “[...] perpetuar em registro para a História e conhecimento dos pósteros [...]” (idem, s.p.) os fatos que culminaram na sua criação e instalação, fatos esses marcados pelos esforços de uma comunidade local políticos dos vários partidos, “[...] entidades de classe, clube de serviço, associações culturais, estabelecimentos de ensino, todos os jaboticabalenses enfim [...]” (idem, pp. 6-7) “forças-vivas do Município” (Beduschi, 1986, p. 11), diferentemente do que, segundo Attab (1973), teria ocorrido por ocasião da criação e instalação da Faculdade São José do Rio Preto.

Também, diversamente das afirmações de Attab (1973) quanto aos episódios que envolveram o percurso inicial da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto, Beduschi (1986) afirmou que Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias de Jaboticabal correspondeu às expectativas de sua criação, o que, segundo ele, pode ser evidenciado mediante as ações que ali foram concretizadas, ao longo de 20 anos de seu funcionamento.

Segundo Beduschi (1986), as iniciativas para a criação de uma “Escola de Agronomia” em Jaboticabal tiveram início em 1956, a partir das aspirações de oferecer um ensino de nível superior para o aprimoramento de métodos e técnicas agrícolas, que em nível médio já era desenvolvido em “[...] tradicional e excelente núcleo de ensino técnico-agrícola [...]” (idem, p. 19), o Colégio Agrícola José Bonifácio, capaz de favorecer, ainda mais, as atividades de produção desenvolvidas em Jaboticabal e região. Afirmou que os “jaboticabalenses” encontravam forças para as suas reivindicações nas metas constantes do plano de governo do dr. Adhemar de Barros a serem atingidas pelo setor agrícola em todo o estado, de acabar com a “[...] escassez de técnicos de nível superior na agricultura paulista” (idem, p. 5), apesar de, nesse setor, a situação do estado ser, à época, superior à grande parte dos estados do país.

Beduschi (1986) ressaltou que a Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias de Jaboticabal passou, sobretudo no seu primeiro ano de

existência, por dificuldades financeiras, devido à falta de dotação por parte do governo do estado, e somente pôde contar com o apoio do prefeito Alberto Botino e dos vereadores da Câmara Municipal, que “[...] tiveram visão administrativa suficiente para investir em algo de que se orgulhariam mais tarde” (idem, p. 26).

Assim como Beduschi (1986), Antonio Buschinelli (1988) realizou um trabalho de pesquisa sobre a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, tomando-a como feito positivo para a cidade que a subsidiou.

Publicado em 1988, Buschinelli, então professor emérito do Instituto de Biociências – UNESP-campus de Rio Claro, buscou “resumir” nesse “simples relatório” “subsídios para uma avaliação futura do ensino superior oficial em Rio Claro”. Julgou-se “[...] credenciado pelas informações que tinha para esta tarefa [...]” (Buschinelli, 1988, p. 1), informações que, segundo ele, haviam sido recolhidas durante o seu trabalho com o professor João Dias da Silveira, considerado o responsável pela implantação do ensino superior oficial em Rio Claro.

Buschinelli (1988) iniciou o seu trabalho evidenciando a mesma preocupação presente em outros trabalhos, quanto às críticas à interiorização do ensino superior no estado de São Paulo.

Conforme esse pesquisador, desde 1947, época da primeira tentativa de implantação de um curso superior oficial na cidade de Rio Claro, de uma faculdade de ciências econômicas, houve resistências contra a interiorização no estado de São Paulo desse nível de ensino. Entretanto, Buschinelli (1988) afirmou que a comunidade local – os estudantes e os professores do ensino médio, e as “forças político-sociais” – não desistiu da idéia e, em 1955, contando ainda com as influências políticas da cidade de Rio Claro no que se refere ao governo do estado e à assembléia legislativa, voltou a mobilizar-se em prol da criação de uma faculdade oficial na cidade.

Decidiu-se, então, conforme o pesquisador, pela criação de uma faculdade de filosofia, ciências e letras e, em 1957, foi promulgada, pelo governador Jânio da Silva Quadros, a lei n. 3.895, de 7 de junho, de criação dessa faculdade, como instituto isolado de ensino superior, juntamente com as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras de Marília e Assis.

Buschinelli (1988), além da preocupação de “registrar” os fatos que marcaram a criação, a instalação e o funcionamento dessa faculdade, “permitiu-se” fazer “[...] algumas interpretações pessoais sobre um ou outro fato que [considerou] importante” (idem, *ibidem*). Utilizou-se de fonte documental escrita, sobretudo dos periódicos de circulação local e na capital do estado, e dos documentos legais da faculdade.

Entre as suas interpretações, Buschinelli (1988) afirmou que o ensino superior em Rio Claro, “[...] foi uma excelente contribuição do poder público estadual, da qual a cidade haverá de ser sempre muito reconhecida” (idem, p. 2), porque beneficiou, sobretudo, a população jovem que o aspirou, população essa que não havia encontrando nas atividades industriais, “[...] motivo de ocupação e preparo [...]” (idem, *ibidem*) – porque Rio Claro, por várias razões, não havia se desenvolvido industrialmente até então.

Sem realizar uma análise em profundidade sobre o modelo pedagógico ou mesmo burocrático-administrativo, e apenas se limitando em registrar fatos que atestaram a viabilidade da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, Buschinelli (idem, p. 3) afirmou que essa faculdade se constituiu em “[...] inegável valor para o aumento do poder da cultura” para a população rio-clarense e de toda a região.

Em 1989 foi privilegiada para estudo, por Dióres Santos Abreu, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente, criada em 1959. Abreu (1989) teria pesquisado com o objetivo de “[...] informar e refletir sobre parte das condições do aparecimento do ensino universitário público no interior de São Paulo e dos primórdios da UNESP” (p. 87).

Particularmente sobre a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente, Abreu (1989) buscou realizar uma análise “compreensiva” da “conjuntura” em que ela foi criada e das transformações estruturais que a influenciaram, nos planos: local, estadual e nacional, no interior das quais tentou evidenciar todos os esforços dessa faculdade para vencer as dificuldades e mostrar a sua pujança. Abreu (1989) valeu-se de informações recuperadas da sua própria memória, algumas das quais procurou comprovar mediante referências feitas aos documentos escritos, como, por exemplo, às leis de organização e regulamentação da faculdade.

Em seu trabalho de pesquisa, da mesma forma como se observa em outros trabalhos, Abreu (1989) ressaltou, como focos de resistência à expansão do ensino superior oficial pelo interior paulista, as críticas de parcela significativa de professores da USP que tinham como argumento a falta de quadros e de recursos materiais por parte dos institutos isolados para o resguardo da qualidade do ensino superior no interior. Assim, Abreu (1989) afirmou que, diante dessas resistências, as faculdades interioranas, entre elas a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente, teriam levado anos para provarem sua viabilidade – o que teriam feito graças à sua produção na docência e na pesquisa, mesmo tendo que conviver com o problema “[...] da subordinação e adulação melancólicas de seus professores [...]” (idem, pp. 89-90) para com os professores da USP.

Conforme Abreu (1989), além desse problema, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente passou, sobretudo durante os primeiros tempos do seu funcionamento, por dificuldades de obtenção de recursos financeiros para a obtenção de instalações físicas adequadas, para a organização burocrática, montagem de laboratório e de biblioteca, e, ainda, sofreu com o peso de ter sido uma “escola” que iniciou suas atividades de uma maneira que pode ser considerada como desfavorável, pelo fato de seu primeiro diretor, um profissional da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), ter sido nomeado em decorrência de uma desavença entre o governador do estado e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP.

Para o pesquisador, as dificuldades com as quais a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente teve que conviver, não pararam por aí, visto que outras surgiram e foram decorrentes das intervenções das forças sociais e políticas da cidade. Essa faculdade, conforme afirmou, havia nascido como parte do processo de ampliação da rede escolar mediado pelo “[...] poder público através de lideranças políticas prudentinas da época que, pelo assistencialismo, pelo paternalismo e pela intermediação, controlaram o poder político local por 40 anos” (idem, p. 88).

Diante desse quadro, nem mesmo a organização burocrática da faculdade, produzida pelo poder público estadual e federal, para dar

organicidade ao sistema estadual de ensino superior, foi, segundo Abreu, suficiente para afastar “[...] os obstáculos das injunções político-partidárias” (idem, p. 91).

Conforme Abreu (1989), os professores da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente souberam, além de se dedicarem à organização dos cursos de suas disciplinas de graduação, dedicavam-se à pesquisa, sobretudo, para a obtenção do doutoramento. Afirmando que os trabalhos de pesquisa dessa faculdade teriam sido bem recebidos pela crítica e os seus professores produziram artigos que foram publicados em boletins de departamentos e obras editadas pela própria faculdade. Também, para esse pesquisador, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente não negligenciou na sua missão a “[...] formação de um alunado crítico [...]” (idem, p. 93), “sintonizados” com o seu tempo, o que, segundo ele, teria sido comprovado nos acontecimentos de 1968.

Com o mesmo tom de enaltecimento a partir do qual Furtado (1969), Beduschi (1986), Buschinelli (1988) e Abreu (1989) realizou seu trabalho, cada qual sobre um instituto isolado de ensino superior distinto, Newton Ramos de Oliveira realizou trabalho de pesquisa que deu origem a um texto de dissertação de mestrado datado de 1989, sobre a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto, em torno da qual, como vimos anteriormente, também Attab (1973) havia desenvolvido a sua pesquisa de doutoramento.

Tendo como fio condutor a idéia de que a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto esteve profundamente identificada ao seu tempo e espaço, quando e onde as suas peculiaridades teriam se refletido e ampliado, Oliveira (1989) realizou uma pesquisa com o objetivo de “analisar” o que denominou “uma experiência de ensino renovador” ocorrido nessa faculdade, cujo período de existência foi de 1957 a 1964.

Na condição de aluno e, posteriormente, como professor-assistente durante o período por ele estudado, esse pesquisador, conforme ele próprio relatou, vivenciou o processo de criação, de instalação e de funcionamento dessa faculdade; conheceu o seu corpo discente e docente, e

seus funcionários e, portanto, considerou sua pesquisa um trabalho de “reconstituição do passado” da faculdade.

Mediante um “[...] diálogo intelectual com documentos da época [...]” (Oliveira, 1989, p. 214) – documentação escrita (materiais técnico-pedagógicos de docentes, relatórios e atas institucionais) – e com os depoimentos orais de outros partícipes, à luz de uma bibliografia específica sobre os contextos histórico-social, nos planos: local, regional e nacional, Oliveira acreditou ter podido “[...] revelar a essência [...]” (idem, p. 22) da faculdade. Para ele, tal trabalho somente teria sentido se desenvolvido no conjunto das relações com “[...] as forças infra e supra-estruturais que se exprimiam com vigor e entravam mutuamente em conflito [...]” (idem, p. 17) naquele tempo e espaço. Acreditou que “a superposição e imbricamento de contextos (à superfície e em profundidade, nacional e local) [...]” lhe seriam necessários diante dos seus objetivos (idem, p. 22).

Dessa maneira, Oliveira (1989) iniciou o seu trabalho de análise e interpretação do contexto de 1957 a 1964, inserindo-o no período denominado como “populista” (1930-1964), quando, na sua opinião, se instauraram e aprofundaram-se as contradições entre o modelo político e o modelo econômico e, no plano social, surgiram as possibilidades de abertura de um espaço de ação e reivindicação para o que chamou de classes populares. A esse contexto, Oliveira (1989) integrou o subcontexto, a cidade de São José do Rio Preto.

Relativamente ao setor econômico, Oliveira (1989) afirmou que São José do Rio Preto se tornou centro de toda a região, sobretudo pela sua localização estratégica, por onde passava toda a produção agropecuária que se dirigia ao restante das localidades do interior paulista, via estrada de ferro. Segundo ele, São José do Rio Preto tornou-se ainda pólo comercial para onde convergiram populações de outras cidades do interior e onde se agregaram as forças políticas e sociais.

A condição de desenvolvimento econômico que a cidade de São José do Rio Preto havia atingido clamava, conforme Oliveira (1989), por um desenvolvimento cultural à altura. Afirmou que, durante a década de 1950, o município já havia ultrapassado as fronteiras regionais e havia tornado-se ponto de acesso ao Triângulo Mineiro, ao estado de

Mato-Grosso e de Goiás, onde, posteriormente, foi construída a cidade de Brasília.

Oliveira (1989) afirmou que a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto foi a primeira escola desse tipo mantida pelo governo do estado no interior paulista, e o resultado do espírito dos políticos locais capazes de grandes “pioneirismos” em busca da hegemonia regional nos setores econômicos, políticos e culturais.

Após esse trabalho de caracterização da cidade, Oliveira (1989) buscou demonstrar qual o modelo de faculdade que estava nas pretensões dos “rio-pretenses”. Para ele, buscou-se, desde o início, um modelo próprio. O seu modelo estrutural foi a organização departamental que pretendia englobar “[...] todos os professores de um mesmo curso para atividades legislativas internas, atividades de interdisciplinariedade e de entrosamento entre cursos, atividades de ensino e pesquisa [...]” (idem, p. 94), e com a participação de alunos. Posteriormente, demonstrou o quadro geral do nível docente, caracterizando-o como coeso e coerente, e os relacionamentos intra e intergrupais que envolviam os discentes.

Oliveira (1989) recuperou informações que evidenciaram a dinâmica da faculdade na criação de cursos, na organização de seminários e de outras atividades pedagógico-culturais.

O modelo desenvolvido na faculdade, Oliveira (1989) afirmou ter sido incompatível com o regime que se instalou em 1964. Para demonstrar isso, realizou um trabalho de análise e interpretação sobre a maneira a partir da qual a faculdade se mesclou, pela natureza de seu modelo de ensino e pesquisa, ao Brasil em seus contextos histórico-sociais em nível local, regional e nacional. Utilizou-se para tanto de textos de apoio, de jornais e documentos de arquivos.

Mediante tais fontes, sobretudo dos documentos escritos, demonstrou fatos comprobatórios de que a faculdade “[...] fizera uma opção pela classe trabalhadora como objeto de estudo e pesquisa e como sujeito de emancipação futura” (idem, p. 205). Com essa opção, ressaltou que muitos professores e muitos alunos da “filosofia” foram presos e suas bibliotecas foram devassadas, o que, com tamanha dimensão, não teria ocorrido em nenhum instituto isolado, nem mesmo na USP.

Após o trabalho de pesquisa de Oliveira (1989) que contemplou a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto, José Vaidergorn apresentou a sua tese de doutoramento, em 1995, sobre as seis faculdades de filosofia, ciências e letras públicas, criadas entre 1957 e 1959, em Araraquara, Assis, Marília, Presidente Prudente, Rio Claro e São José do Rio Preto.

Pesquisador que não se colocou como partícipe das trajetórias de nenhum desses institutos isolados de ensino superior que pesquisou, Vaidergorn (1995) valeu-se de depoimentos orais inéditos ou já escritos, de participantes diretos ou indiretos dos fatos pesquisados, além do que chamou de formas quantitativas (documentos de época), formas qualitativas (fontes secundárias para subsidiar a sua análise e interpretação), e “[...] imagens, ilustrações e ‘monumentos’ da época” (1995, p. 3). Com esse entrecruzamento de fontes, Vaidergorn (1995) acreditou ter proporcionado um “contraponto” entre memória e história, mediante o qual buscou recuperar o movimento das idéias que circularam no período, e o significado e sentido dessas faculdades.

Vaidergorn (1995) realizou o seu trabalho a partir de referenciais sociopolíticos e econômicos, tal como fez relativamente ao processo de interiorização do desenvolvimento econômico, sobretudo nas cidades onde tais faculdades se instalaram, entre 1957 e 1959. Conforme afirmou, tratava-se de um conjunto de cidades que passaram a assumir, relativamente ao ensino superior, o mesmo papel desempenhado pela capital paulista no setor econômico estadual.

Ao traçar uma trajetória do sentido da instalação dos nossos primeiros cursos superiores, desde a chegada das Cortes portuguesas na antiga Colônia, em 1808, até chegar à criação das faculdades de filosofia em referência, Vaidergorn (1995) aproximou-se do sentido que, para ele, teria tido a universidade e, em particular, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras no Brasil: o de universidade como serviço público, “[...] que depende de leis e da supervisão do Estado (inclusive particulares), embora [tenha havido] uma tendência a uma situação intermediária, com grande independência e autonomia” (idem, p. 42).

Segundo Vaidergorn (1995), foi com o intuito de atender a uma demanda do poder político oligárquico mediante a formação de uma

elite intelectual dirigente, que a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, modelo para as faculdades do interior, foi criada na década de 1930 e atingiu o seu reconhecimento nacionalmente. Grupos como o do jornal *O Estado de S. Paulo*, à frente dos interesses dos grupos no poder, teriam advogado pela formação de uma elite com um saber característico das ciências humanas, o conhecimento científico da sociedade, cujos conteúdos estariam concentrados na Faculdade de Filosofia, concebida, segundo os interesses políticos, como regeneradora da sociedade brasileira.

Para esse pesquisador, configurou-se o que deveria ser as duas funções básicas das faculdades de filosofia, ciências e letras: a de preparar e aperfeiçoar as elites dirigentes e a de formar pessoal especializado para os outros níveis do ensino (particularmente para o secundário e o superior). Viriam então dessas faculdades “[...] as verdadeiras forças criadoras da civilização” (Cunha, 1986, p. 262, apud Vaidergorn, 1995, p. 84).

Segundo Vaidergorn (1995), foi a partir desse referencial herdado da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP que as faculdades de filosofia, ciências e letras – institutos isolados de ensino superior – teriam sido concebidas nas cidades do interior paulista, criadas e impulsionadas, sobretudo economicamente, com a construção da linha férrea, no final do século XIX.

Afirmou que, originalmente, todas essas cidades estavam, na época, em situação privilegiada perante as demais regiões, devido ao sucesso com a atividade cafeeira e a presença da linha férrea, elemento responsável pelo desenvolvimento econômico de cada uma delas. Após a década de 1920, mais precisamente após 1929 com a decadência da cultura do café, teria havido, conforme suas afirmações, uma diversificação agrícola, o que teria feito surgir outras atividades nas regiões onde foram criadas as faculdades de filosofia, ciências e letras, favorecidas pela permanência das rotas ferroviárias e também pelas rodoviárias. Essa diversidade agrícola que então se observava acelerou, conforme Vaidergorn (1995), o processo de urbanização que pôde contar com os investimentos dos capitais mercantis locais. Afirmou, ainda, que o comércio foi um dos maiores responsáveis pela instalação dos novos contingentes populacionais urbanos.

Segundo Vaidergorn (1995), diante de um quadro de diversificação econômica, constituído pela industrialização, fortalecimento do setor terciário e novas atividades rurais, as cidades pioneiras do interior paulista passaram a exigir novos serviços, entre eles uma rede de ensino composta, sobretudo, pelo ensino superior, como medida política estratégica para demonstrar o grau de modernização que haviam alcançado. Daí a criação das faculdades de filosofia, ciências e letras, pois, a crença era a de que tais faculdades solucionariam, em um curto prazo, o problema de falta de pessoal especializado supostamente responsável pelo “progresso” da nação.

Para Vaidergorn (1995), a opção pela criação de faculdades de filosofia, ciências e letras nas cidades em referência, tem como uma de suas justificativas o fato de ter-se constituído, na época, como uma maneira de “[...] garantir a qualidade do ensino e disposição para reproduzir o modelo pedagógico da ‘*celula-mater*’ também na pesquisa”, mediante a absorção de professores oriundos da USP (Vaidergorn, 1995, p. 165). Além disso, tal opção traduziu, conforme esse pesquisador, uma série de aspirações, por vezes curiosas, pois além da formação de professores secundários dentro dos padrões da alta cultura, havia também aquelas relacionadas à formação de moças no interior, sem terem que se deslocar até a capital, e as relacionadas às possibilidades de ascensão profissional e de classe social dos seus formandos.

Conforme afirmou, os aspectos da dinâmica política e social que possibilitavam a interiorização do ensino superior no estado de São Paulo foram os mesmos que favoreceram o desenvolvimento econômico no estado, particularmente das cidades onde se instalaram as referidas faculdades, entre 1957-1959. Tais aspectos teriam a sua gênese nas relações de mandonismo local que, relativamente às faculdades de filosofia, ciências e letras públicas, buscaram ditar as normas a partir das quais elas seriam criadas e pudessem funcionar.

Afirmou que os poderes políticos locais passaram a considerar suas essas faculdades e tentaram, de toda forma, controlá-las e fiscalizá-las, o que teria gerado a dependência das instituições em relação aos governantes, a fim de se conseguir, sobretudo, as verbas. Com essa situação que acarretava a falta de autonomia das faculdades públicas, mesmo

buscando atender a uma concepção liberal, essas faculdades estiveram, na opinião desse pesquisador, à mercê dos interesses do Estado ao invés da burguesia a quem pretendiam servir, o que as teria afastado da sociedade e dos demais poderes públicos.

Finalmente, Vaidergorn (1995) concluiu afirmando que a criação e o funcionamento das faculdades de filosofia, ciências e letras – institutos isolados de ensino superior:

[...] foi ao mesmo tempo fértil e desastroso. As faculdades, se não trouxeram para as cidades o império das luzes, favoreceram as condições para o progresso regional. A formação de docentes para o ensino médio; as pesquisas científicas “desinteressadas” e aplicadas em todos os campos do saber que nelas estão representados; o preparo profissional para o setor terciário que favoreceu iniciativas de produção do setor secundário e, acima de tudo, o enriquecimento da cidade, a pujança da vida urbana, o acesso à alta cultura e o preparo das elites dirigentes, contradizem com o distanciamento (que em muitas oportunidades se transformava em hostilidade) com que os municípios trataram suas faculdades [idem, p. 205].

Também em 1995, Isaura Maria Accioli N. Bretan apresentou a sua dissertação de mestrado com algumas das mesmas preocupações de Vaidergorn (1995), anteriormente citadas. No entanto, Bretan (1995) restringiu o seu trabalho de análise e interpretação à Faculdade de Ciências Médicas e Biológicas – instituto isolado público de ensino superior – criada em 22 de julho de 1962, no distrito de Rubião Júnior, na cidade de Botucatu.

Pesquisadora que não se colocou como partícipe da trajetória da Faculdade de Ciências Médicas e Biológicas de Botucatu, Bretan (1995) teve como objetivo central oferecer informações sobre o processo de expansão da educação de nível superior pelo interior paulista. Privilegiou analisar e interpretar os aspectos sociais e políticos dessa expansão e teve como preocupação, entre outras, demonstrar como e porquê a presença dessa faculdade foi “[...] estimulante e aparentemente definidora das transformações da Botucatu urbana [...]” (Bretan, 1995, p. 2). Preocupou-se também com as questões que considerou, “[...] fora das

fronteiras municipais [...]” (idem, pp. 3-4), relacionadas ao ensino das ciências médicas, em particular, e do ensino superior, de modo geral. Voltou o seu trabalho de análise e interpretação tanto para as questões que, na sua opinião, foram favoráveis à criação da faculdade quanto para aquelas julgadas desfavoráveis, “[...] em termos da atividade político-partidária e em relação à ação de intelectuais e/ou professores universitários” (idem, p. 4). Procurou, ainda, “[...] analisar ações da USP frente à expansão do ensino superior no interior paulista, significando isso o debate de outros temas, tais como: qualidade do ensino superior, ensino e pesquisa e peculiaridades em torno do ensino das ciências [...]” (idem, *ibidem*).

Conforme Bretan (1995), o seu trabalho baseou-se em fontes documentais escritas, mas teve como apoio as informações da memória oral.

Inicialmente, Bretan (1995) buscou situar a cidade de Botucatu no interior da conjuntura histórica do estado de São Paulo, particularmente no final da década de 1950. Nesse sentido, evidenciou que se tratava de um momento de crise cafeeira e de reorganização econômica, quando essa cidade apresentava “[...] sinais de declínio demográfico e econômico, acompanhado por concentração de propriedade e por forte movimento de urbanização” (idem, p. 39).

Diante dessa situação, Bretan (1995) afirmou que as forças políticas locais passaram a visualizar a educação, sobretudo a educação de nível superior, como “[...] veículo ideal para o reforço e [para] a (re)criação de uma identidade antiga, a de centro de cultura” (idem, p. 48), mediante o que se esperava promover a “[...] dinamização do setor terciário, de serviços, conforme acontecera na década de 10 com a inauguração da Escola Normal” (idem, *ibidem*).

Conforme Bretan (1995), no início das suas reivindicações os representantes políticos botucatuenses pleitearam junto às autoridades estaduais “[...] qualquer tipo de faculdade [...]” (idem, p. 69), sem importarem-se se seria uma instituição pública ou privada. Essa atitude, de aparente indiferença quanto ao tipo de faculdade a ser criada, Bretan (idem, p. 70) caracterizou “[...] um dos aspectos marcantes do sistema educacional brasileiro do período”, o de omissão, por parte do Estado, das questões educacionais de interesse da coletividade, em prol de uma

concepção de educação conservadora, correspondente aos anseios de uma educação aristocrática, “[...] que preparava o indivíduo para usufruir a cultura como privilégio social ou para exercer diferentes lideranças político-sociais” (idem, p. 70). Assim, afirmou que atitudes como essa, teriam dado margem para que surgissem, de início através da imprensa, críticas por parte de contemporâneos, de contestação a propósito da criação de faculdades no interior paulista.

Predominou, conforme suas afirmações, para fins de escolha de qual faculdade pretendiam para Botucatu, “[...] o pensamento dos setores dominantes quanto à imagem ideal do urbano, ou seja, uma cidade limpa, sem mazelas, sem doenças e desocupados, e, quanto a representação que faziam da educação e da cultura” (idem, p. 67). Assim, segundo a pesquisadora, “[...] aos 21 de fevereiro de 1956, os vereadores da Câmara Municipal apresentaram uma indicação de criação de faculdade de medicina naquele município” (idem, p. 88).

Bretan (1995) evidenciou em seu trabalho, preocupações quanto ao posicionamento do pessoal da USP, como os demais pesquisadores aqui abordados. Nesse sentido, afirmou que o Conselho Universitário da USP manifestou-se contrariamente à criação de uma faculdade de medicina em Botucatu, após repetidas solicitações por parte da Assessoria Técnica Legislativa do governo, para que esse órgão se manifestasse a propósito.

Ao remeter-se ao parecer 19/56, do Conselho Estadual de ensino superior, sobre o processo que tratou da instalação da faculdade de medicina de Campinas-SP, criada em 30 de junho de 1953, Bretan (idem, p. 96) transcreveu um trecho desse parecer, no qual o professor Antonio de Almeida Júnior ressaltava o porquê da posição contrária do Conselho Universitário da USP com relação à criação de uma faculdade de medicina em Campinas ou em qualquer outra cidade do interior paulista: “Em princípio, [...] em face da ‘enorme responsabilidade financeira’ [...] e, também, por entender conveniente aguardar-se a elaboração de um ‘plano ordenado e sistemático’ da rede escolar paulista” (idem, p. 96). Considerou, também, “[...] ser satisfatória a proporção entre o número de médicos e a população [...]” (idem, *ibidem*) e declarou que a administração paulista se encontrava ante um impasse: ou despender recursos com a instalação e atividades de uma escola médica, que con-

siderava desnecessária naquele momento, ou com a saúde pública e com a educação popular, ambas consideradas assunto “urgente e imperioso”, e em favor do que optavam.

Conforme essa pesquisadora, algumas dessas considerações foram contrapostas, em 1958, “[...] pelo Professor Zeferino Vaz em seu plano de estudos sobre a criação e instalação da Faculdade de medicina de Botucatu” (idem, *ibidem*).

Finalmente, Bretan (1995) afirmou que prevaleceu a vontade dos políticos estaduais que, segundo ela, “[...] não pareciam concordar com o CO/USP [...]” (1995, p. 97), e então, conforme o Projeto de Lei n. 721/58, foi criada a Faculdade de Medicina e o seu Hospital das Clínicas, em Botucatu.

Com o propósito de evidenciar ações e captar o pensamento do CO/USP, Beatriz Westin de Cerqueira Leite, publicou em formato de artigo, em 1997, os resultados de um estudo por ela realizado, integrante de um programa que visou preservar a memória dos Institutos Isolados de Ensino Superior do Estado de São Paulo. Conforme Leite (1997, p. 255), por tratar-se de um primeiro levantamento das questões surgidas no CO/USP sobre o processo de criação, instalação e funcionamento desses institutos, esse seu trabalho conservava a forma de quase relatório.

Leite (1997) afirmou que o CO/USP recusava todas as propostas no tocante à criação e instalação de faculdades oficiais no interior do estado. Afirmou que para os membros desse conselho, “[...] figuras de escola da inteligência brasileira e com destaque mesmo no exterior” (Leite, 1997, p. 258), até mesmo a idéia de faculdades no interior apresentava-se como um problema, pois achavam impossível visualizar uma única maneira mediante a qual fosse possível “[...] levar a cultura às circunstâncias limitadas de um Instituto Isolado de Ensino Superior no Interior” (idem, *ibidem*). Temiam, segundo Leite (1997), pela limitação, empobrecimento e perda de profundidade do campo de conhecimento do e sobre o ensino superior.

Assim sendo, essa pesquisadora afirmou que o então governador do estado, dr. Jânio da Silva Quadros, mesmo à revelia do CO/USP, criou e instalou diversas faculdades no interior do estado, o que fazia aumentar os ressentimentos entre essas duas instâncias; primeiramente

porque esse conselho sempre fizera questão de afirmar-se como “[...] órgão que oficialmente representava a Inteligência do Estado, do País e, como tal, responsável por promover a educação superior estadual” (idem, p. 267), e, em segundo lugar, porque consideravam tais medidas estratégicas para obtenção de apoio, prestígio e aceitação junto aos políticos das localidades interioranas que, por sua vez, também empreendiam seus esforços em prol do cumprimento dessas medidas com vistas à obtenção de benefícios de cunho eleitoral junto às suas comunidades, em detrimento dos interesses reais do ensino superior estadual.

Orientadora de Bretan (1995) em seu trabalho de pesquisa anteriormente analisado, Anna Maria Martínez Corrêa, coordenadora do projeto *Memória dos institutos isolados de ensino superior do estado de São Paulo, 1923-1976*, do Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP, realizou um trabalho de pesquisa sobre a “história” da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Araraquara, publicado em 1998.

Historiadora, Corrêa não foi partícipe da história dessa faculdade que pesquisou, entretanto afirmou que, “[...] ao debruçar-se sobre a história da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Araraquara [...]” (Corrêa, 1998, p. 16), desenvolveu um “relato” sobre essa faculdade como integrante de um instituto isolado e com a sensação de ter feito sua própria história, embora sendo de uma outra área. Acreditou, com esse trabalho de pesquisa, desenvolvido a partir de documentação escrita e mediante depoimento oral de partícipes da trajetória da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Araraquara, ter reunido “informações esclarecedoras”, que considerou “[...] úteis para um conhecimento mais amplo da história da expansão do ensino superior pelo interior do Estado de São Paulo” (idem, p. 9).

Corrêa (1998) apresentou como parte das suas justificativas para a escolha da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Araraquara como objeto de investigação, o fato de essa faculdade, apesar das interferências do pessoal da USP, ter tido a possibilidade de construir um projeto próprio, produto da comunidade araraquarense, “[...] com suas tradições consolidadas [já ocupando] um espaço na vida cultural da cidade [e também como] prestadora de serviços na área da saúde” (idem, p. 146). Mediante essa sua justificativa, Corrêa (1998) evidenciou a pre-

sença de uma preocupação em demonstrar o quanto a Faculdade de Farmácia e Odontologia de Araraquara foi viável desde a sua origem, em 1923, apesar das interferências externas por ela sofrida.

Nesse sentido, a pesquisadora destacou que a “escola” em referência precisou, primeiramente para que fosse estabelecida, de “[...] uma rotina que pudesse garantir seu funcionamento [...] e conquistar um conceito favorável que a credenciasse como instituição respeitada.” (idem, p. 29). A esse obstáculo, afirmou que se somaram as “[...] restrições à abertura de novas escolas e uma certa desconfiança em relação às de funcionamento recente, especialmente no interior do Estado” (idem, *ibidem*). Como ressaltou, tais objeções teriam surgido em favor da uniformização do ensino farmacêutico e odontológico, nos moldes do ensino da Escola da Rua Três Rios para a manutenção e qualidade desse ensino. Entretanto, na sua opinião, os discursos que defendiam tal uniformização tinham como principal objetivo atender aos interesses de políticos da capital paulista, sobretudo daqueles que tinham bases eleitorais no interior e temiam a concorrência de outras “escolas” que pudessem diminuir o prestígio das cidades onde angariavam votos que, por conta disso, deixariam de apóia-los.

Corrêa (1998) tratou da criação da Faculdade de Farmácia e Odontologia como “escola”, parte de um conjunto de empreendimentos para Araraquara proposto a partir dos interesses de políticos de prestígio, da cidade, da região e da capital paulista.

Segundo Corrêa (1998), além do empenho do prefeito de Araraquara, que ganhava reconhecimento local, a criação da faculdade contou com os esforços de pessoas da cidade com prestígio e poder político-econômico que se reuniram num único grupo.

Como ressaltou, além das interferências “político-eleitoreiras”, as transformações econômicas regionais, em virtude das alterações na economia cafeeira, e as mudanças políticas da década de 1930, marcaram a história da “escola”.

A nova etapa, com ares de modernização da “história” da então Escola de Farmácia e Odontologia de Araraquara, iniciada durante a década de 1940, Corrêa (1998) atribuiu, entre outras coisas, às novas possibilidades surgidas no campo da economia após a Segunda Guerra

Mundial; “[...] com a diversificação no campo da indústria e da medicina, particularmente da medicina preventiva.” (idem, p. 65).

A transformação da Faculdade de Farmácia e Odontologia em Instituição de Ensino Superior, Corrêa (1998) tratou como sendo parte das propostas de criação de universidades pelo interior paulista, contidas no programa de ação de Adhemar de Barros, além de ter sido determinada segundo a constituição paulista de 1947.

Corrêa (1998) acreditou que a análise do processo de criação e desenvolvimento da Escola de Farmácia e Odontologia de Araraquara devia ser realizada juntamente com um trabalho de avaliação de como ocorreu o debate político em torno da criação de universidades públicas pelo interior. Assim, na sua opinião, a criação das universidades públicas, de escolas superiores no interior do estado, assim como a criação e estadualização da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Araraquara, passaram a ter “uma conotação política” e a despertar “apoios, contestações, ou mesmo condenações”.

O processo para estadualização da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Araraquara, Corrêa analisou a partir das discussões e pontos de vistas do pessoal da USP, pois afirmou que a presença dessa universidade era muito próxima dos órgãos públicos, e alguns deputados eram professores e integrantes do Conselho Universitário dessa faculdade. Assim, o primeiro momento de discussões pela incorporação à USP da Escola de Farmácia e Odontologia de Araraquara como uma de suas faculdades teria sofrido, conforme Corrêa (1998), todo tipo de pressão contrária, já que para a USP, “[...] a incorporação de faculdades do interior não constava de seus projetos.” (idem, p. 87). Em outro nível, então pela estadualização da faculdade, também afirmou que “[...] havia restrições por parte da USP, pois na sua maneira de ver, mesmo não integrada à universidade, a estadualização poderia ser fator desencadeador de uma série de outros atos semelhantes, contribuindo assim para a facilitação do ensino e sua banalização” (idem, *ibidem*).

Também Corrêa (1998) afirmou ter havido uma total descrença quanto às possibilidades de produção universitária no interior, no nível desejado, aliado ao argumento da necessidade de, antes de se criar faculdades pelo interior, investir recursos na construção da “Cidade Uni-

versitária”, na capital paulista. Aos olhos do pessoal da USP, havia apenas um ponto positivo quanto à criação de faculdades pelo interior: resolver o problema de escassez do número de suas vagas. Chegou-se a pensar, então, até na possibilidade de federalização da “escola”, entretanto, as resistências surgiram entre os seus próprios docentes.

Conforme Corrêa (1998), a nova etapa da “escola”, então como “faculdade” estadualizada, foi vista pelos seus docentes como momento para preservação das tradições consolidadas durante três décadas e pelo aprimoramento técnico-científico. Seus professores estavam otimistas, influenciados pelo cenário político-econômico desenvolvimentista também novo, iniciado com o governo de Juscelino Kubitschek. Nem mesmo o fato de o governador ter nomeado um professor da USP, instituição com a qual a Faculdade de Farmácia e Odontologia de Araraquara teve maiores atritos, foi motivo de mal-estar a ponto de dificultar os trabalhos dessa última.

A viabilização da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Araraquara, bem como das propostas para a criação de novas faculdades pelo interior paulista, Corrêa (1998) atribuiu às influências da política local e às ações do governo estadual no que diz respeito, sobretudo, aos investimentos em obras de infra-estrutura, à montagem de laboratórios, bibliotecas e às condições necessárias para que os docentes pudessem obter suas titulações. Entretanto, afirmou que essa situação não se configurou como muito favorável para a Faculdade de Araraquara e para os demais institutos isolados de ensino superior, porque o governo que havia iniciado em 1959, de Carlos Alberto A. de Carvalho Pinto, tinha como meta superar a situação de suposto “subdesenvolvimento” do estado lançando mão de uma política econômica de redução de gastos e de racionalização dos recursos.

Conforme Corrêa (1998), no que diz respeito ao processo de expansão do ensino superior pelo interior paulista, Plínio de Arruda Sampaio, consultor técnico do programa de ação de Carvalho Pinto, teria afirmado que este último considerava que o estado “[...] havia passado por um grande crescimento econômico e cultural, mas de forma desordenada [...]” (idem, p. 150), sendo preciso fazê-lo de forma planejada, “[...] com um norte para onde se vai, para não estar acumulando

uma escola em cima da outra, para não estar concentrando especialidade em uma região, em detrimento de outras coisas [...]” (Sampaio, 1995, s.p. apud Corrêa, 1998, p. 150). Segundo a pesquisadora, houve, então, escassez de recursos tendo que ser disputados pelos institutos isolados. Além dessa situação de disputas de recursos, as faculdades de filosofia, que se constituíam em institutos isolados, sofriam com as conseqüências das críticas advindas do pessoal do jornal *O Estado de S. Paulo* e dirigidas ao governador Carvalho Pinto, pelos investimentos ali realizados. Entretanto, afirmou que, mesmo com as críticas, as faculdades de filosofia cresciam e da convivência de uma dessas, a de Araraquara, com a Faculdade de Farmácia e Odontologia, crescia também a idéia de ambas pertencerem a uma universidade.

Em 2001, por ocasião da realização, em 1999 do “III Simpósio de Filosofia e Ciências: paradigmas do conhecimento no final do milênio”, Leonor Maria Tanuri escreveu um artigo no qual retomou algumas das críticas contrárias à interiorização do ensino superior no estado de São Paulo, mediante a criação dos institutos isolados, sobretudo aquelas voltadas à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, com o intuito de evidenciar que houve uma contribuição relevante e significativa para as transformações sociais e educacionais na região advindas com as atividades de ensino e de pesquisa realizadas nessa faculdade, a partir de 1959.

Relativamente ao conjunto dos institutos isolados de ensino superior, Tanuri afirmou que, mesmo tendo sido eles motivados “[...] mais por razões políticas do que propriamente educacionais [...] de início restritos a segmentos minoritários da sociedade, passaram a ser objeto de procura de camadas cada vez maiores e mais diversificadas da população [...]”, em virtude do que teria havido “[...] a transformação do projeto pedagógico inicial e a adoção de medidas tendentes a adequá-las à ampliação da demanda.” (Tanuri, 2001, p. 219). Entretanto, ressaltou que os professores da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, e aí ela se inclui, nunca se apartaram da idéia de que os institutos isolados deveriam “[...] ser de alto nível e em linha renovadora” (idem, p. 220), a partir da qual haviam sido concebidos, “[...] num momento em que se começava a desenvolver o processo de modernização

do ensino superior, intensificando-se os debates e incorporando-se inovações administrativo-pedagógicas a algumas instituições” (idem, *ibidem*).

Conforme essa pesquisadora, sem dúvida que a USP “[...] principal fornecedora de docentes para os IIES [...]” (idem, p. 221), ofereceu um modelo a ser seguido, “[...] em seu padrão de excelência [...]” (idem, *ibidem*), mas, os institutos isolados teriam sabido como superá-lo em seus aspectos tidos como conservadores. A propósito, Tanuri (2001) transcreveu trechos de entrevistas cedidas por ex-professores desses institutos ao CEDEM da UNESP, em defesa dessa idéia.

Em 2004, Márcia Regina Tosta Dias defendeu sua tese de doutoramento em que desenvolveu uma análise do nascimento da UNESP a partir da relação entre interiorização do ensino superior e a Reforma Universitária de 1968. Além da análise bibliográfica, a pesquisadora valeu-se de fontes diversas como entrevistas, material de imprensa, legislação, processos, estudos, planos, pareceres e documentos oficiais, em sua maioria produzidos e coletados pelo CEDEM da UNESP.

Dias (2004) preocupou-se em evidenciar o rompimento de um processo embrionário de implantação de certa tradição humanista de inspiração uspiana, sobretudo nas então recém criadas faculdades de filosofia, ciências e letras, em função das exigências da Reforma Universitária de 1968 de caráter instrumental ditada por critérios racionais de planejamento e gestão. Tratava-se, pois, de um momento de modernização do país que demandava profissionais de nível superior com formação “renovada”, em um ensino superior remodelado, para atenderem às exigências da política desenvolvimentista da década de 1950, nas mais diversas regiões do país, o que exigia, inclusive, a fixação desses profissionais nas cidades interioranas. Entre as políticas públicas que visavam a tão almejada modernização, sobretudo as empreendidas pelo governo de São Paulo, estava então a interiorização do ensino superior e de seus profissionais.

Nesse sentido, Dias (2004) afirma que a Reforma Universitária de 1968 trouxe consigo um novo referencial de formação desses profissionais, voltado para o mercado de trabalho. Ainda ao encontro das considerações sobre a dinâmica de criação e instalação dos institutos isola-

dos de ensino superior no interior paulista feitas nos trabalhos citados anteriormente, a pesquisadora também afirmou que esses institutos foram movidos por iniciativas que articulavam interesses municipais e estaduais liderados por elites e políticos locais que defendiam a idéia de que levar escolas superiores para suas regiões promovia o desenvolvimento.

Após percorrer percursos investigativos semelhantes aos dos pesquisadores até então citados, e tendo como fontes algumas provavelmente utilizadas por Dias (2004), como os depoimentos escritos de ex-docentes da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras cedidos pelo CEDEM da UNESP, Rosane Michelli de Castro defendeu, em 2005, tese de doutorado na qual se encontram materializados discursivamente os resultados de sua pesquisa sobre a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, particularmente sobre as revistas *Alfa*, *Estudos Históricos* e *Didática* dessa faculdade.

Castro (2005) desenvolveu sua pesquisa com o objetivo central de recuperar os sentidos e seus processos de produção desenvolvidos com a feitura da *Alfa*, *Estudos Históricos* e *Didática*, norteadas pela hipótese de que tais revistas, mesmo tendo sido criadas a partir de uma idéia inicial de serem somente suportes de comunicação da prática acadêmico-científica dos intelectuais da faculdade, teriam-se firmado mais como “dispositivos”, como:

[...] estratégias para a institucionalização da idéia de uma faculdade orientada e organizada pela partilha de princípios e objetivos, e cujas atividades acadêmico-científicas eram organizadas como atividades-meio a serviço de uma visão de organização institucional que se pretendia a tradução do consenso dos sujeitos envolvidos [Castro, 2005, p. 25].

Após a recuperação e a análise de algumas propriedades contextuais objetivas emergentes da dinâmica de interiorização do ensino superior no estado de São Paulo e da gênese e funcionamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, o que, na opinião da pesquisadora, teriam se constituído nas próprias condições objetivas de produção acadêmico-científica dessa faculdade, Castro (2005) buscou

repensar as revistas da faculdade como meios que, pela forma e pelo conteúdo, teriam como objetivo a criação de condições necessárias, ou ao menos a idéia de existência dessas condições, para que as ações dos sujeitos envolvidos com a faculdade pudessem defender-se a propósito das críticas contrárias à instalação e ao funcionamento dos institutos isolados de ensino superior no interior paulista, e responder com eficácia às exigências impostas pela política de criação desses institutos, de produzir os meios que permitissem conceber, coordenar e viabilizar ações mais racionalizadas.

Enfim, o que Castro (2005) ressaltou em seus estudos foi a produção intelectual de um dos institutos isolados de eEnsino superior que, mesmo convivendo com o peso de ter que responder aos interesses decorrentes dos conchavos políticos, logrou legitimação no meio acadêmico e científico da época.

Algumas considerações finais

Conforme as sínteses aqui realizadas, é possível afirmar, assim como fez Tanuri (2001), que os institutos isolados de ensino superior refletiram, durante a sua trajetória, “[...] a problemática, as aspirações e as contradições [...]” (Tanuri, 2001, p. 219) do contexto em que foram criados, marcado pelas ações de uma política desenvolvimentista em prol de uma modernização da educação, sobretudo do nível superior de ensino de maneira a promover a sua articulação com as ações de ordem econômica.

Em decorrência das tentativas de promoção de tal articulação, que me pareceu capaz de caracterizar o processo de interiorização do ensino superior no estado de São Paulo, ocorrido mediante a criação de institutos isolados, como resultante mais das “trocas políticas” e menos das urgências propriamente educacionais, também como afirmou Tanuri (idem, ibidem), muitas das críticas contrárias à interiorização do ensino superior no estado de São Paulo teriam surgido, algumas das quais iniciadas antes mesmo da criação dos institutos, que colocaram em dúvida a capacidade de eles constituírem-se em faculdades “de alto nível e em

linha renovadora” (Anais da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, 1969, p. 9), idéia que surgiu a partir da qual teriam sido concebidos.

Diante desse “clima” de desconfiança, os partícipes da trajetória de cada um dos institutos isolados de ensino superior, ao menos dos institutos contemplados nos estudos e pesquisas aqui sintetizados, entre eles os pesquisadores aqui referenciados, mostraram-se, como se viu, sensíveis quanto a essas críticas.

Finalmente, o que me pareceu ter ficado evidente foi a presença de duas idéias muito presente nas histórias de vida dos institutos isolados de ensino superior: as projeções políticas, sociais, econômicas e culturais coexistindo com os ideais de intelectual a partir do que os docentes desses institutos teriam procurado desenvolver as suas atividades.

Referências bibliográficas

ABREU, Dióres Santos. Uma contribuição para a história da UNESP. *História*, São Paulo, n. 8, p. 87-100, 1989.

ALFA. Departamento de Letras da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília. São Paulo: Secção Gráfica da Universidade de São Paulo, n. 1-10, 1962-1966; Tipog. Fonseca Ltda, n. 11-17, 1967-1971; Tipog. EDANEE. S.A., n. 18-23, 1972-1976.

ANAIS da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, v. 1, 1959-1962. Marília: Tipog. Fonseca Ltda, 1969. 297p.

ATTAB, Zuleika Aum. *A experiência universitária da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto: 1959-1964*. São José do Rio Preto, 1973. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, mimeo.

BEDUSCHI, Luiz Carlos. *Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias de Jaboticabal: um pouco de sua história*. Jaboticabal: Coplana, 1986.

BRETAN, Isaura Maria Accioli N. *Faculdades para Botucatu (SP): processo histórico de demandas sociais e políticas pela expansão do ensino superior no estado de São Paulo – 1947 a 1963*. 1995. Dissertação (Mestrado em História)

Faculdade de Ciências e Letras, Univesidade Estadual Paulista, Assis, 1995, mimeo.

BUSCHINELLI, Antonio. *Subsídios para a história do ensino superior oficial em Rio Claro*. Rio Claro: Instituto de Biociências, 1988. mimeo

CARDOSO, Irene R. *A universidade da comunhão paulista: o projeto de criação da Universidade de São Paulo*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1982.

CASTRO, Rosane Michelli de. *O papel estratégico dos periódicos departamentais na organização das atividades acadêmico-científicas: o caso das revistas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília*. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2005.

CORRÊA, Anna Maria Martínez. *Para preparar a mocidade: fragmentos de memórias na história da Faculdade de Farmácia e Odontológica de Araraquara: 1923-1976*. São Paulo: Fundação editora da UNESP, 1998.

DIAS, Márcia Regina Tosta. *Desafios da gestão universitária: a UNESP e a interiorização do ensino superior*. 2004. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

DIDÁTICA. Departamento de Didática da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília. São Paulo: Secção Gráfica da Universidade de São Paulo, n. 1-2, 1964-1965; Gráfica Canton Ltda, n. 3, 1966; Tipog. Fonseca Ltda, n. 4-12, 1967-1975.

ESTUDOS HISTÓRICOS. Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília. São Paulo: Secção Gráfica da Universidade de São Paulo, n. 1-4, 1963-1965; Tipog. Fonseca Ltda, n. 5-6, 1966-1967; Tipog. EDANEE. S.A., n. 7-15, 1968-1976.

FURTADO, Antônio. F. A faculdade interiorana como fruto do moderno bandeirismo cultural. *Didática*, Marília, n. 5-6, p. 39-44, 1969.

LEITE, Beatriz Westin de Cerqueira. Os institutos isolados de ensino superior do estado de São Paulo na visão do Conselho Universitário da USP (1947-1963). *História*, São Paulo, n. 16, p. 255-278, 1997.

OLIVEIRA, Newton Ramos. *Sapere aude: A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto no período de 1957 a 1964*. 1989. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação e Ciências Humanas/ Programa

de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1989, mimeo.

TANURI, Leonor Maria. A Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília: origens. In: CARRARA, K. (Org.). *Educação, universidade e pesquisa*. Marília: UNESP-Marília-Publicações; São Paulo: FAPESP, 2001, p. 219-26.

Vaidergorn, José. *As seis irmãs: as faculdades de filosofia, ciências e letras institutos isolados de ensino superior do estado de São Paulo – 1957-1964; alguns subsídios interpretativos para o estudo do ensino superior do estado de São Paulo*. 1995. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 1995.

Endereço para correspondência:

Departamento de Didática – Faculdade de Filosofia e Ciências –

UNESP/Campus de Marília.

Av. Hygino Muzzi Filho, 737

CEP 17525-900

E-mail: rosanemichelli@ig.com.br

Recebido em: 4 out. 2005

Aprovado em: 31 maio 2006